

Especial Rumos da economia

Crescimento Atuação menos conservadora do BC contribuiria para a retomada no curto prazo

Para Scheinkman, política monetária pode ser mais flexível

Ricardo Balthazar
De São Paulo

A política econômica escolhida pelo governo está no caminho certo, mas o conservadorismo exibido pelo Banco Central pode prejudicar a retomada do crescimento econômico. A avaliação é do economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton, nos EUA.

"A política fiscal adotada permite uma política monetária menos restritiva do que a praticada", disse Scheinkman, em entrevista por telefone ao *Valor*. "Embora no longo prazo o crescimento dependa de outros fatores, uma política monetária menos restritiva contribuiria para um crescimento maior no curto prazo."

Scheinkman ganhou influência no debate econômico no Brasil durante a campanha presidencial de 2002, quando reuniu um grupo de acadêmicos para desenhar um plano de reformas econômicas, batizado como "A Agenda Perdida", e apresentado aos candidatos como sugestão.

Interlocutor habitual do ministro da Fazenda, Antônio Paolocci, Scheinkman acredita que o país está longe de reunir condições que lhe permitam relaxar a política de austeridade na área fiscal. Mas acha que o governo

tem espaço para tomar iniciativas em outras áreas, melhorando o acesso ao crédito e estimulando investimentos em tecnologia.

Valor: Muitos economistas avaliam que a política econômica tem sido excessivamente restritiva e impede o país de voltar a crescer com mais vigor. Qual a sua opinião?

José Alexandre Scheinkman: A política fiscal seguida pelo governo é a única maneira de garantir o equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Aliviar a política fiscal significaria um aumento da dívida e da desconfiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos, o que aumentaria o grau de incerteza sobre a economia brasileira.

A questão da política monetária é diferente. A política fiscal adotada pelo governo permite uma política monetária menos restritiva do que a praticada. Embora no longo prazo o crescimento dependa de outros fatores, uma política monetária menos restritiva contribuiria para um crescimento maior no curto prazo.

Valor: Há um debate sobre a conveniência de introduzir mudanças no regime de metas de inflação e assim permitir que os juros sejam reduzidos mais rapidamente. É uma boa idéia mexer nisso agora?

Scheinkman: A implementa-

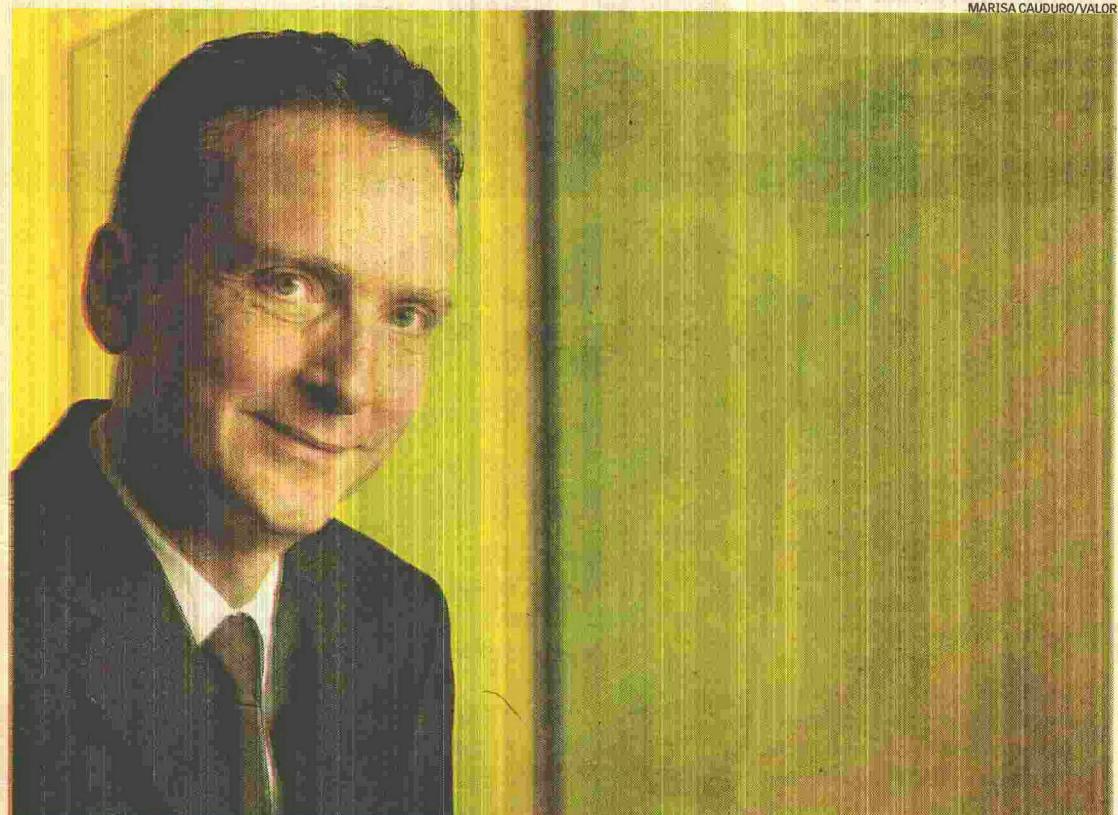
ção do regime de metas varia muito entre os países. Não tenho conhecimento suficiente dos detalhes do sistema brasileiro para sugerir mudanças. Mas é importante ter em mente que, se forem necessários ajustes, é possível fazê-los sem medo de perder credibilidade, desde que o BC explique as mudanças e suas razões de maneira clara.

Valor: O governo pensou em adotar um mecanismo anticíclico que aliviase o impacto do aperto fiscal, mas desistiu diante das dificuldades técnicas que encontrou para viabilizar a idéia. Há espaço para uma mudança desse tipo no Brasil?

Scheinkman: Na maioria dos países, a política fiscal sempre tem aspectos anticíclicos. Tudo depende de o país construir uma situação fiscal equilibrada no longo prazo que permita fazer isso. A idéia é ajustar a política fiscal de acordo com o ciclo econômico para aliviar seu impacto em fases recessivas, e não usá-la para acomodar déficits maiores por mais tempo. O governo tem atuado corretamente nessa área, mas ainda não existe espaço para uma política tão flexível como essa no Brasil.

Valor: Por que não?

Scheinkman: É preciso ter uma situação mais equilibrada no longo prazo antes de adotar um sistema desse tipo. Levando-se em con-



José Alexandre Scheinkman, professor em Princeton: "Faz tempo que a nossa situação fiscal não é equilibrada"

ta a dívida do governo e as taxas de juros, faz muito tempo que a nossa situação fiscal não é equilibrada.

Valor: Vários analistas acham que países como o Brasil serão prejudicados se houver um aumento dos juros americanos nos próximos meses. Esse temor é justificado?

Scheinkman: Depende do tamanho do aumento e das razões do Fed. Se o aumento for moderado, mas a economia americana estiver aquecida, o impacto dos juros maiores poderá ser compensado pelos benefícios de um crescimento maior da economia mundial. Se a alta dos juros refletir problemas nas áreas fiscal e monetária nos EUA, e não houver melhoria da atividade econômica, países endividados como o Brasil serão afetados.

Valor: Existe espaço para o Brasil ampliar sua participação no comércio internacional?

Scheinkman: É um problema que o Brasil não pode resolver sozinho. Os EUA abandonaram as

negociações comerciais mais importantes, tanto na OMC quanto na discussão da Alca. Até as eleições americanas, não deve acontecer nada. Essa área não é prioridade para o governo Bush, que parece disposto a sacrificar o comércio internacional e os interesses da economia americana para obter ganhos políticos distribuindo favores a grupos.

Valor: A negociação com a União Européia é uma alternativa?

Scheinkman: Pode resolver uma parte do problema. O maior potencial de ganho para o Brasil nessas negociações internacionais está na agricultura. E ainda não está muito claro se a União Européia realmente está disposta a fazer grandes concessões nessa área.

Valor: Depois de fazer o Congresso aprovar algumas mudanças na Previdência e no sistema tributário, o governo parece ter perdido o ímpeto reformista do primeiro ano. Isso é motivo para preocupação?

Scheinkman: Há muitas coisas que podem ser feitas sem reformas constitucionais e que também são importantes. O governo está fazendo algumas delas, como os vários projetos em andamento para melhorar o acesso a crédito e os mecanismos de financiamento da economia. Também me parece fundamental a preocupação do governo com a necessidade de criar incentivos que ampliem os investimentos na área de ciência e tecnologia.

No Brasil, o governo e as empresas gastam pouco nessa área.

Valor: O ambiente econômico ruim não inibe investimentos em áreas arriscadas como essa?

Scheinkman: Não é só isso. O Estado brasileiro pega mais de um terço do PIB em impostos, mas não gasta 1% em ciência e tecnologia. É uma questão de prioridades. No mundo inteiro, os governos são responsáveis por uma parte importante dos gastos nessa área.